

**O impasse quanto a nacionalidade dos povos indígenas na fronteira Brasil-Guiana****The impass as the nationality of indigenous peoples on the Brazil-Guiana frontier**

DOI:10.34117/bjdv6n3-278

Recebimento dos originais: 10/02/2020

Aceitação para publicação: 18/03/2020

**Isabele Medeiros de Souza Spies**

Advogada

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Roraima

Instituição: Universidade Federal de Roraima

Endereço: Av. Cap. Ene Garcês, nº 2413 - Aeroporto, Boa Vista - RR, 69310-000

E-mail: beli\_medeiros@hotmail.com

**RESUMO**

Na fronteira entre o Brasil e a República Cooperativa da Guiana, nos limites do município de Bonfim e da cidade de Lethem, verificou-se um aumento expressivo no número de guianenses que adquiriram nacionalidade brasileira, isto é, pessoas reconhecidas como naturais da Guiana e do Brasil, com nomes e filiações distintas. Esse processo ocorre em virtude de haver, na região, terras indígenas que antecedem a definição da fronteira internacional de 1904. Nessas comunidades, o responsável pelo controle de natalidade é o Tuxaua. Entretanto, guianenses de descendência indígena, que já possuem documentos da Guiana, procuram esses líderes para serem incluídos como integrantes das mesmas. Com isto, este indivíduo solicita junto à justiça do Brasil documentos brasileiros e obtém todos os direitos de um cidadão brasileiro e guianense, inclusive os benefícios sociais e políticos dos dois países.

**Palavras-chave:** Fronteira. Nacionalidade. Povos Indígenas. Brasil-Guiana.**ABSTRACT**

On the border between Brazil and the Cooperative Republic of Guyana, on the outskirts of the town of Lethem and Bonfim, has been a significant increase in the number of Guyanese who have acquired Brazilian citizenship illegally, that is, people recognized as natural of Guyana and Brazil, using different names and affiliations. This fact occurs due to the existence in the region, indigenous lands prior to the definition of the international border, in 1904. In these lands, the responsibility for birth control in communities is the tuxauas. However, Guyanese of Indian descent who already have documents of Guyana, seek tuxauas to be included as members of communities. With this, ask with Brazil identity documents and getting them, now have full citizenship rights of the two countries, including the social and political benefits.

**Keywords:** Border. Nationality. Indigenous Peoples, Brazil-Guyana.**1 INTRODUÇÃO**

O objetivo central do presente artigo é compreender os motivos pelos quais indivíduos de ascendência indígena, residentes na região de fronteira entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana, se identificam como cidadãos das duas nações, por diversas vezes

de maneira irregular. No juízo de um observador que não está inserido neste contexto, o tema pode ser complexo, mas na concepção dessas pessoas, geralmente de origem humilde, não há ilegalidade em suas atitudes. Desta forma, inicialmente faz-se necessário conhecer a procedência dos povos indígenas desta fronteira e a história de delimitação da mesma.

A região geográfica de maior importância para o desenvolvimento desta pesquisa compreende a linha de fronteira entre o Brasil e a Guiana, mais especificamente a região do Rio Rupununi e Tacutu, ocupada originariamente pelos povos indígenas que se identificam como Macuxi e Wapixana.

Os Macuxi possuem filiação linguística Karib e se autodenominam como Pemon, o que os diferenciam de seus vizinhos ao norte, os Kapon. Essa é uma categoria classificatória mais genérica e está estritamente ligada à localização geográfica desses povos em relação ao Monte Roraima, na região das Guianas (MILLER et. al., 2008). De acordo com Santilli (2001, p.18), “os Pemon vivem nas savanas ou campos naturais, superfície monótona de grandes extensões de terrenos areno-argilosos, recobertas, em sua maior parte, pela vegetação baixa do cerrado, entrecortadas por buritizais [...]”.

Os Wapixana, por sua vez, possuem filiação linguística Maipure/Aruak. São os vizinhos ao sul dos Macuxi e, com base em evidências arqueológicas, se instalaram na região há mais de 1500 anos (MILLER et. al., 2008). Sendo assim, esses povos ocupam o mesmo espaço geográfico há muito tempo e, mesmo provenientes de famílias linguísticas distintas, mantiveram contato através de trocas comerciais e simbólicas de artefatos produzidos em suas aldeias, antes da dominação dos europeus (Ibid).

No início do século XVIII, o território ocupado tradicionalmente pelos povos Macuxi e Wapixana passou a ser alvo de disputas entre holandeses, espanhóis, portugueses e, posteriormente, por ingleses. Com o intuito de impedir o avanço dos holandeses e espanhóis para a Bacia Amazônica, os portugueses passaram a ter mais interesse em ocupar a região do lavrado do rio Branco (FARAGE, 1991). Para tanto, entre 1775 e 1776 houve a construção do Forte São Joaquim, no rio Branco, o que consolidou a ocupação do lavrado de Roraima (BAINES, 2004). Com a construção do Forte, através de incentivos do Estado brasileiro, agentes sociais, como soldados, missionários e administradores, iniciaram uma política de invasão dos territórios pertencentes às populações indígenas (Ibid).

Apesar do domínio do Estado brasileiro na região, ainda havia uma indefinição quanto à delimitação da fronteira internacional entre a Guiana – ocupada pelos ingleses em 1803, em detrimento dos holandeses – e o Brasil. Esta questão foi solucionada somente em 1904, quando o litígio foi enviado para o arbítrio do rei da Itália, que traçou a fronteira na linha dos rios Maú/Ireng e Tacutu (Ibid). Essa divisão foi feita sem a mínima preocupação com os povos que, tradicionalmente, viviam naquela região, o que foi decisivo para o desenvolvimento do problema que se observa

atualmente: a indefinição da nacionalidade dos povos indígenas nessa fronteira e a determinação dos seus direitos diante desses dois estados nacionais.

No fim do século XIX e início do século XX, a região de fronteira entre o Brasil e a Guiana passou a ser ocupada por civis com o objetivo de desenvolver a pecuária naquelas terras, assegurados por estímulos dados pelo Brasil (MILLER, et. al., 2008). “A pecuária representou a espoliação dos territórios indígenas e foi acompanhada pela arregimentação da mão-de-obra indígena” (Ibid, p. 40). Em consequência, Stephen Baines (2008) constatou que durante o período de invasão das terras indígenas, houve um fluxo populacional dos Macuxi e Wapixana do Brasil para a Guiana, até a década de 1960. Nos anos seguintes, no entanto, ocorreu uma inversão do movimento populacional, decorrente do desenvolvimento econômico de Roraima e dos conflitos de independência da Guiana, em 1966.

O desenvolvimento econômico do atual estado de Roraima teve um impacto muito forte sobre a região do Rupununi, na Guiana, revertendo as tendências de migração que até os anos 1960 apresentavam um fluxo de migração do Brasil para a Guiana. Após a independência da Guiana e os conflitos políticos internos entre grupos étnicos majoritários no litoral daquele país, e o levante do Rupununi em 1969, quando muitos índios fugiram da Guiana para o Brasil, a região de fronteiras tem sido [...] negligenciada pelo governo central de Georgetown. (BAINES, 2004, p.73).

Desta forma, com base em depoimentos de moradores da região de Rupununi – conhecida atualmente como Region 9, Upper Takutu-Upper Essequibo – Baines (2006), afirma que a população guianense da fronteira reprova a conjuntura política do país pós-independente e o socialismo implantado, por ter sido incapaz de superar os conflitos étnicos do país. Em contrapartida, existe a crença no progresso do Brasil, país visto como um grande sucesso econômico entre os habitantes da fronteira (Ibid). Baines (2006), relata que, devido a este contraste histórico entre os dois países, os povos indígenas acreditam que não têm futuro com o governo de Georgetown, e veem o Brasil como um “caminho para escapar da pobreza acentuada e dos conflitos políticos e étnicos que assolam o densamente povoado litoral atlântico do país.” (Ibid, p. 204). Como consequência, o fluxo migratório para as cidades de Roraima aumentou. Baines (2004) aponta uma grande migração desses indígenas para a capital do estado, assim como para fazendas - onde serão mão-de-obra barata -, e para as aldeias no lado brasileiro.

Nos últimos anos, a cidade fronteira, Bonfim, experimentou uma considerável migração da população indígena que vivia nas comunidades de fronteira para a sede do município, o que preocupa as autoridades locais, devido às condições de moradia e de subsistência que esses indivíduos se submetem.

Nesse contexto, observa-se que os povos Macuxi e Wapixana da fronteira entre o Brasil e a Guiana possuem uma relação muito antiga com indígenas de outras etnias e não indígenas. Por isso, Baines (2004) afirma que a composição étnica dos Macuxi e Wapixana decorreu e está sendo construída por processos de união e ruptura de diferentes grupos étnicos. Sendo assim, atualmente, a composição étnica das comunidades indígenas é mista, com a presença de indígenas de diferentes etnias e regionais, de origem brasileira ou guianense.

A configuração atual sobrepõe identidades étnicas e nacionais de modo altamente complexo: pessoas que se identificam como índios “guianenses” mas se dizem filhos de “índios brasileiros” e vice-versa; e “índios guianenses” que migram para o Brasil cujos pais haviam migrado do Brasil para a Guiana. Reconhecem, frequentemente, dupla nacionalidade, conforme o contexto. (BAINES, 2004, p.81)

Vale ressaltar, todavia, que, antes do estabelecimento da fronteira entre o Brasil e Guiana, esse território era tradicionalmente ocupado pelos povos Macuxi e Wapixana, o que justifica a naturalidade dessa população em viver nos dois lados da fronteira, transitando entre os dois países, muitas vezes possuindo documentos de ambos e identificando-se como brasileiro ou guianense, conforme o país em que se encontram (BAINES, 2013). Com isto, deve-se refletir se os atos dos indígenas na fronteira são ilícitos, pois, alheios à vontade e ao território ocupado originariamente pelos povos indígenas, dois Estados estabeleceram limites que não existiam e parece ainda não existir no entendimento do indígena, que possui parentes nos dois lados da fronteira e acreditam ter o direito de transitar naquele território livremente, sem ter a necessidade de pedir permissão para alguma autoridade. Outro fator que propicia o acessível trânsito desses povos na fronteira é a configuração geográfica do território, de “fácil acesso terrestre, por ser de campos abertos com floresta de galeria” (BAINES, 2004, p.72).

## **2 A NACIONALIDADE BRASILEIRA E OS POVOS INDÍGENAS**

A aquisição de uma nacionalidade é um direito consagrado pelo homem. Cada país, em suas respectivas legislações, estabelece as condições para que uma pessoa obtenha a sua nacionalidade. No Brasil, os requisitos para a nacionalidade estão previstos na Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 12, Inciso I que estabelece as condições para que um indivíduo seja brasileiro nato:

- a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa

do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007)

Com base nas disposições legais previstas na Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas, publicada no ano de 2008, em seu Artigo 6º, está assegurado ao indígena o direito a uma nacionalidade. Na concepção de Lenza (2013, p.1177), nacionalidade é “o vínculo jurídico-político que liga um indivíduo a determinado Estado, fazendo com que esse indivíduo passe a integrar o povo desse Estado e, por consequência, desfrute de direitos e submeta-se a obrigações”. Desta forma, ao adquirir uma nacionalidade, o indígena passa a ser integrante da nação, tornando-se um cidadão do Estado Nacional, o que significa que esse indivíduo passa a ser titular de direitos políticos – o poder de votar e ser votado.

No caso dos povos indígenas da fronteira entre o Brasil e a Guiana, no entanto, percebe-se que a questão de integrar um Estado não tem importância ou significado para eles. Sobre esta questão, explana Roberto Cardoso de Oliveira (2000, p. 17).:

[...] quanto à nacionalidade, como uma segunda identidade, é claro que ela será instrumentalizada de conformidade com situações concretas em que os indivíduos ou os grupos estiverem inseridos, como a de procurarem assistência à saúde, à educação dos filhos ou uma eventual proteção junto a forças militares de fronteira: seriam casos típicos de manipulação de identidade junto a representantes dos respectivos Estados nacionais.

Não há, também, a obrigatoriedade para os indígenas em adquirir a certidão de nascimento, como afirma a FUNAI. Por esses motivos, a preocupação em se definir como brasileiros ou guianenses só aparece quando os mesmos têm a necessidade de procurar um emprego ou alguma assistência oferecida exclusivamente pelo Estado.

Em entrevista concedida para esta pesquisa, Bárbara Spies Campos, assessora jurídica na Defensoria Pública do município de Bonfim, confirma esta questão quando relata sobre os casos frequentes de pais que procuram a defensoria para requerer junto à justiça os documentos brasileiros de crianças na faixa etária dos oito anos de idade, para que estas possam frequentar a escola. Na opinião da defensora, baseada em sua convivência com esses povos, a questão de ser brasileiro ou guianense é uma mera formalidade para eles, é o mero ato de possuir uma certidão de nascimento, uma carteira de identidade e um cadastro de pessoa física com o intuito de conseguir algum benefício, que eles consideram ter direito.

Dados do IBGE apresentados pela FUNAI comprovam a situação observada:

[...] os indígenas são o grupo populacional com menor percentual de crianças com registro civil de nascimento, conforme dados do Censo 2010 do IBGE. Enquanto que na população não-indígena mais de 98% das crianças até 10 anos de idade possuíam registro em cartório, entre as crianças indígenas esse percentual era de apenas 67% (FUNAI).

Sendo assim, o importante para esta pesquisa é entender como se dá o processo de registro tardio dos povos indígenas de fronteira, situação que pode propiciar a aquisição da dupla nacionalidade irregular. Os modos para dar entrada ao registro brasileiro tardio pelos indígenas estão dispostos no Artigo 4º da Resolução Conjunta Nº 03, de 19 de abril de 2012:

- I. mediante a apresentação do RANI;
- II. mediante apresentação dos dados, em requerimento, por representante da Fundação Nacional do Índio – FUNAI a ser identificado no assento; ou
- III. na forma do art. 46 da Lei n.º 6.015/73.

O disposto no inciso I do artigo supracitado apresenta o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI) como um dos meios para aquisição dos documentos brasileiros por indígenas. De acordo com a FUNAI, o RANI é

[...] um documento administrativo fornecido pela FUNAI, instituído pelo Estatuto do Índio, Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973: “O registro administrativo constituirá, quando couber, documento hábil para proceder ao registro civil do ato correspondente, admitido, na falta deste, como meio subsidiário de prova. [...] O registro do RANI é realizado em livros próprios por funcionários da FUNAI, e para cada registro é emitido o documento correspondente, devidamente autenticado e assinado.”

Conforme relatos de Bárbara Spies, para o indígena dar entrada ao pedido de emissão do RANI junto à FUNAI, ele deve apresentar ao órgão uma comprovação de que vive em uma comunidade no lado brasileiro da fronteira. Portanto, ele precisa de uma declaração da autoridade da comunidade, o *tuxaua*, de que realmente é morador e nasceu naquele lugar. Partindo desta conjuntura é que muitos indígenas, que já possuem documentos de identificação guianense, na região de fronteira entre o Brasil e a Guiana, conseguem adquirir a nacionalidade brasileira.

Percebe-se que não há uma fiscalização frequente ou contínua das autoridades nacionais quanto ao controle de natalidade efetuado pelos *tuxauas*, o que abre caminho a ilícitudes. Concomitantemente, como consequência da forte migração dos povos indígenas de um lado a outro da fronteira nas décadas anteriores, atualmente essas pessoas possuem parentes nos dois estados nacionais, distribuídos em comunidades espalhadas pelos dois territórios, como assinala Bárbara Spies, ao se referir a relatos de indígenas afirmando que possuem avós guianenses, tios brasileiros de comunidades distintas, dentre outras peculiaridades. Essa familiaridade e amizade entre os indígenas da trabalhada região de fronteira facilita a aquisição de uma declaração dos *tuxauas* para indivíduos que não integram verdadeiramente tal comunidade.



É esta problemática que se pretende expor para a sociedade e autoridades locais, regionais, nacionais e internacionais: quais são os motivos pelos quais os povos indígenas de fronteira adquirem documentos de identificação dos dois países? Seus atos devem ser considerados ilícitos, mesmo entendendo que aquele território originariamente pertenceu aos seus antepassados e é herança de seu povo?

Para fundamentar esta discussão, após a realização de uma pesquisa bibliográfica, foram realizadas entrevistas focalizadas, isto é, voltadas especificamente para o tema trabalhado nesta pesquisa, o que permitiu que os entrevistados falassem livremente sobre o assunto, no entanto, tentando evitar ao máximo os desvios (GIL, 1999). As entrevistas foram realizadas com sete pessoas, do sexo masculino e feminino, de diferentes faixas etárias, no município de Bonfim. Com a finalidade de assegurar o anonimato das pessoas entrevistadas, foi aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual ficou estabelecida a voluntariedade dos indivíduos em fornecer informações para esta pesquisa e o sigilo de suas identidades.

Dentre os entrevistados, um possuía carteira de identificação guianense e, recentemente, havia dado entrada no pedido para obtenção dos documentos brasileiros, com o intuito de conseguir um emprego com carteira assinada. Os demais entrevistados, apesar de nascidos na Guiana, tinham apenas documentos brasileiros. Um dos questionados, frequentemente, ajuda outros indígenas nascidos na Guiana a adquirir a nacionalidade brasileira.

Ao questionar o primeiro entrevistado sobre a origem e história da sua família, ele relatou que, assim como muitas famílias indígenas da fronteira, sua avó havia nascido no lado brasileiro e, ao se casar com um indígena morador de uma maloca<sup>1</sup> na Guiana mudou-se para lá. Os filhos do casal também nasceram na Guiana, mas muitos migraram para o lado brasileiro da fronteira, onde continuaram vivendo em comunidades indígenas. Depois de adultos, alguns retornaram para a Guiana casados e lá tiveram seus filhos e constituíram novas famílias. Os pais do entrevistado foram uns dos que retornaram para as malocas guianenses, onde ele nasceu e viveu até os doze anos de idade, quando os pais faleceram e o mesmo mudou-se para a cidade brasileira de fronteira, à procura de emprego e melhores condições de vida.

História semelhante foi descrita pelos outros entrevistados, o que demonstra que, para o indígena que mora nas comunidades, não existem fronteiras, pois tanto a maloca do lado brasileiro quanto a do lado guianense são sua moradia, como afirma o entrevistado ao explicar que, para o povo dele, sempre foi assim, eles mudavam de um lugar a outro à procura de melhores condições naturais

---

<sup>1</sup> De acordo com o Grande Dicionário Unificado da Língua Portuguesa (2009), maloca significaria uma casa de habitação indígena capaz de alojar várias famílias. No entanto, quando a palavra é utilizada pelos entrevistados, o conceito de maloca parece ser equivalente à comunidade indígena.

de subsistência. Esse fato justifica a movimentação entre as fronteiras, já que aquele território pertence tradicionalmente a esses povos.

Sobre esta adversidade, comenta Baines (2012, p. 154):

[...] a contextualização de identidades pelos indígenas que vivem na fronteira, apesar de aparecer contraditória e ambígua na perspectiva hegemônica do Estado Nacional que pensa a nacionalidade como uma identidade exclusiva, não é concebida dessa maneira pelos indígenas, que não veem nenhuma contradição em identificar-se como brasileiro e guianense. Muitos são portadores de documentos de ambos os países. Quase todos têm parentes que vivem nos dois lados da fronteira. Não veem nenhuma ambiguidade em identificar-se conforme os contextos em que estão inseridos e que lhes parecem naturais. [...] Então, a afirmação de uma identidade nacional não seria uma manipulação de identidade do ponto de vista desses indígenas.

Partindo desse ponto, procurei entender o motivo que leva os indígenas da fronteira entre o Brasil e a Guiana a adquirir a dupla nacionalidade de maneira irregular. Ao perguntá-los, todos responderam que, de maneira geral, a justificativa maior é a procura por benefícios e emprego. As disparidades entre a Guiana e o Brasil são consideráveis, o que propicia a maior migração dos indígenas guianenses para o lado brasileiro, mas sem perder o vínculo com sua comunidade de origem. Por isso, o conveniente para eles é ter os dois documentos, o que permite o livre trânsito desses indivíduos de um lado a outro.

Diante do exposto, perguntei aos entrevistados quais eram os meios para eles adquirirem a nacionalidade brasileira, mesmo sendo nascidos na Guiana e de pais guianenses, já possuindo documentos daquele país ou não. Como disposto no Artigo 4º da Resolução Conjunta Nº 03, de 19 de abril de 2012, já mencionado anteriormente, são três as formas para dar entrada ao registro tardio. Os entrevistados se referiram a duas delas: diante da apresentação do RANI e através do referido no Parágrafo 1º do Artigo 46 da Lei nº 6.015/73:

Art. 46. As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal serão registradas no lugar de residência do interessado. (Redação dada pela Lei nº 11.790, de 2008).

§ 1º O requerimento de registro será assinado por 2 (duas) testemunhas, sob as penas da lei. (Redação dada pela Lei nº 11.790, de 2008).

~~§ 2º Será dispensada de pagamento de multa a parte pobre (art. 30). (Revogado pela Lei nº 10.215, de 2001)~~

~~§ 3º O Juiz somente deverá exigir justificção ou outra prova suficiente se suspeitar da falsidade da declaração.~~

~~§ 4º Os assentos de que trata este artigo serão lavrados no cartório do lugar da residência do interessado. No mesmo cartório serão arquivadas as petições com os despachos que mandarem lavrá-los.~~

§ 3º O oficial do Registro Civil, se suspeitar da falsidade da declaração, poderá exigir prova suficiente. (Redação dada pela Lei nº 11.790, de 2008).

§ 4º Persistindo a suspeita, o oficial encaminhará os autos ao juízo competente. (Redação dada pela Lei nº 11.790, de 2008).

§ 5º Se o Juiz não fixar prazo menor, o oficial deverá lavrar o assento dentro em cinco (5) dias, sob pena de pagar multa correspondente a um salário mínimo da região.



Como referido anteriormente, a abertura do processo através da apresentação do RANI é possível quando o indígena consegue, junto ao tuxaua de uma comunidade do lado brasileiro da fronteira, uma declaração de nascido naquelas terras. Esse foi o caso de um dos entrevistados, aquele que aguardava o recebimento dos documentos brasileiros. Através de conhecidos que possuía no Brasil, entrou em contato com um tuxaua que se dispôs a entregá-lo a declaração, para, desta maneira, ir a FUNAI expedir seu Registro Administrativo de Nascimento Indígena – RANI. De acordo com o entrevistado, assim como existem tuxauas que redigem a declaração por amizade, parentesco com indivíduos da comunidade ou solidariedade, há também os que se aproveitam da necessidade desses indígenas e cobram custos altos pelo documento. O entrevistado afirmou que certos líderes de comunidades em outro município chegaram a cobrar entre trezentos a mil e quinhentos reais pelo documento.

Quanto à segunda maneira de adquirir os documentos brasileiros, isto é, através da apresentação de duas testemunhas que afirmem que o indígena provém de malocas no Brasil, existe uma maior dificuldade, pois a desconfiança das autoridades aumenta em relação à integridade das testemunhas. A barreira da língua também se torna um empecilho para esses indígenas terem seus processos aprovados; assim como existem os que falam o português, inglês e a língua dos Macuxi ou Wapixana, há também os que falam somente a língua indígena e/ou inglesa, e, desta forma, eles não conseguem os documentos por não falarem a língua portuguesa.

Diante de todas as adversidades apresentadas, finalmente perguntei aos entrevistados qual era a opinião deles em relação à ilicitude dos seus atos. Na concepção desses indivíduos, suas atitudes não seriam ilícitas, pois, assim como os mesmos já viveram um dia nas malocas da Guiana e lá ainda possuem parentes e amigos, o mesmo ocorre no lado brasileiro da fronteira. No entendimento do entrevistado que auxilia outros indígenas a adquirir documentos brasileiros, todo indígena tem direito a ter seus documentos, porém muitos não o possuem. Isso dificulta a movimentação natural desses povos, que, quando querem viajar para o Brasil, podem ser impedidos por não terem nenhum registro. É diante desse e dos demais motivos já expostos que surge o interesse em solicitar a documentação.

Sendo assim, observa-se a complexidade do tema tratado, pois a situação vivida atualmente por esses povos indígenas em relação aos dois estados nacionais é uma consequência das escolhas tomadas nos séculos passados, sem nenhuma preocupação com os povos tradicionais da fronteira. Hoje em dia, ainda existe certo despreparo de alguns profissionais que trabalham com o registro civil na região, como afirma um dos entrevistados, ao relatar que as autoridades chegam a questionar aos indígenas o motivo por eles ainda não terem os documentos, já que eles afirmam ser brasileiros. Esse fato demonstra a falta de sensibilidade e o desconhecimento dessas pessoas com a história dos povos indígenas e dos seus costumes, trabalhadas do decorrer deste artigo.

**3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Baseando-se no exposto, afirmo que o problema da dupla nacionalidade irregular dos povos indígenas na fronteira entre o Brasil e a Guiana deve ser visto pelas autoridades dos dois países com muita cautela. Primeiro, deve-se admitir que as atitudes dos indígenas na fronteira são aceitáveis se fizermos uma análise histórica daquele ambiente. Como já exposto, antes da chegada dos europeus à região, aquele território já era ocupado pelos povos Macuxi e Wapixana, que transitavam livremente de um canto a outro à procura das melhores condições de sobrevivência. Após a dominação da região pelos europeus, os indígenas deixaram de ser protagonistas em sua história e foram postos em segundo plano pelos dominadores. No ano de 1904, quando os portugueses e ingleses, através do arbítrio do rei da Itália, delimitaram a fronteira entre o Brasil e a Guiana na linha dos rios Maú/Ireng e Tacutu, chega-se a conclusão que essa divisão foi feita sem a mínima preocupação com os povos que, tradicionalmente, viviam naquela região, o que foi decisivo para o desenvolvimento do problema que se observa atualmente.

Através das entrevistas realizadas para esta pesquisa e diante às afirmações feitas por outros estudiosos nesta fronteira, como Stephen Grant Baines, conclui-se que a aquisição da dupla nacionalidade pelos indígenas é vista por eles com naturalidade, pois os mesmos consideram ter esse direito, já que possuem famílias dos dois lados da fronteira e sempre puderam movimentar-se livremente entre as comunidades nos dois países. A comunidade do Pium, no município de Bonfim, por exemplo, faz fronteira com uma comunidade do lado guianense que possui o mesmo nome, o que dificulta ainda mais o entendimento do indígena em se definir como brasileiro e/ou guianense.

Desta forma, deve-se refletir que a concepção de nacionalidade pelos estados nacionais como um vínculo exclusivo do cidadão com o Estado não cabe no contexto vivido pelos povos indígenas desta fronteira. A questão da nacionalidade para esses indivíduos não é importante ou necessária quando os mesmos vivem em suas comunidades. A preocupação em se definir como brasileiros e/ou guianenses só surge quando há interesse em procurar um emprego ou alguma assistência oferecida exclusivamente pelo Estado. Diferente do que alguns estudiosos e autoridades afirmam, no entanto, na concepção dos povos indígenas a afirmação de diferentes nacionalidades não seria uma manipulação de identidades, mas uma herança da miscigenação do seu povo no decorrer dos anos.

**REFERÊNCIAS**

BAINES, Stephen Grant. **A fronteira Brasil-Guiana e os povos indígenas**. In: Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.1, n.1, p.65-98, jul. 2004

\_\_\_\_\_. **A fronteira Guiana-Brasil e etnicidade entre povos indígenas.** In: Revista Brasileira do Caribe, Goiânia, v. VII, n. 13, p. 197-210, 2006.

\_\_\_\_\_. **Os povos indígenas Wapichana e Makuxi na fronteira Brasil-Guiana, região do Maciço Guianense.** In: Revista Brasileira do Caribe, Goiânia, v. VIII, n. 25, jul-dec., p. 131-157, 2012.

\_\_\_\_\_. **Políticas Indigenistas e a fronteira Guiana-Brasil.** In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, jun. 01-04, Porto Seguro, Bahia, Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. **Povos indígenas na fronteira Brasil-Guiana e os megaprojetos de integração econômica.** In: Cienc. Cult., São Paulo, v.65 n.1, jan. p. 40-42, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça – CNJ; Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP. Resolução Conjunta Nº 03, Brasília, 19 de abril de 2012. (Disponibilizada no DJ-e nº 198/2012, em 26/10/2012, pág. 2-3)

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Documentação Básica. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/docb>>. Acesso em: 04 novembro 2014.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Registro Administrativo de Nascimento de Indígena – RANI. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/docb/registro-administrativo-de-nascimento-de-indigena-rani>> Acesso em: 04 novembro 2014.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões:** os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOC, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 17 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

MILLER, Robert Pritchard. et. al. **Levantamento etnoambiental das terras indígenas do Complexo Macuxi Wapixana**: Anaro, Barata/Livramento, Boqueirão, Jacamim, Moskow, Muriru, Raimundão. Raposa Serra do Sol e Taba Lascada. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2008.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: Nações Unidas, mar. 2008.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Os (des)caminhos da identidade**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 42, 2000.

RIOS, Dermalva Ribeiro. **Grande dicionário unificado da língua portuguesa**. São Paulo: DCL, 2009.

SANTILLI, Paulo. **Pemongon Patá**: território Macuxi, rotas de conflito. São Paulo: Editora UNESP, 2001.